

A Universidade de Anísio Teixeira

J. Leite Lopes

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas,
Rua Dr. Xavier Sigaud 150,
22290-180 Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Grande foi a resistência no Brasil à criação de uma universidade no país. Aos cursos de Letras e Artes oferecidos pelos jesuítas desde o século XVI, a única possibilidade para aqueles que terminassem esses cursos era seja matricular-se no Colégio Central da Bahia ou procurar a Universidade de Coimbra, a Faculdade de Teologia, da mesma cidade Portuguesa ou procurar fazer estudos de Medicina na Universidade de Montpellier na França.

Continuando a interdição à universidade na Monarquia, herdada da Coroa Portuguesa, a segunda tentativa de criação de uma universidade no Brasil encontramos-na nos planos da Inconfidência Mineira. Fracassada esta última, as tentativas fracassadas continuaram por mais de um século.

O período colonial e o monárquico caracterizam-se por uma política de controle de qualquer iniciativa que levasse em seu bojo sinais de independência cultural e política da colônia. Enquanto isso, durante a colonização espanhola, as colônias espanholas tinham cerca de seis universidades, no final do século XVI e dezenove na independência.

Foi preciso esperar pela transferência da Família Real para o Brasil para criar-se, por decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e em 5 de novembro do mesmo ano a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro.

A criação da Academia Real Militar, em 1818, que deu lugar à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi seguida de vários cursos no Rio de Janeiro e na Bahia.

Os debates na Constituinte em 1823 conduziram a um projeto de lei elaborado pela Comissão de Instituição Pública que previa a criação de duas Universidades uma em São Paulo, a outra em Olinda. Este projeto foi discutido em várias sessões da Assembléia mas às vésperas da promulgação da lei, o Imperador resolveu dissolver a Constituinte.

Após novas tentativas em 1824, em 1847 e em 1870, é preciso esperar por Ruy Barbosa que redigiu as partes relativas a instrução pública nos relatórios do Ministério do Interior e em 1882. Ele afirmava:

“A universidade é uma das formas do poder público, é o Estado educando, promovendo a educação, inspecionando-a, a bem da prosperidade a grandeza do Império, do mesmo modo que os tribunais em que se organiza o direito e o exército em que se constitui a força pública são outras tantas manifestações do Governo que não excluem a liberdade, nem quando se trata da Justiça, nem quando se trata do Exército, nem quando se trata da instituição pública.”

E ainda escreveu Ruy Barbosa:

“A idéia de universidade não se reduz em sua realização objetiva à concentração, em certo e determinado local, de três, quatro ou cinco estabelecimentos de ensino superior. Deve ser a tradução da síntese do saber, ligadas entre si as partes integrantes das instituições de que ela há de se compor, e relacionadas estas mesmas com as outras, de modo que constituam um todo harmônico, anuciando do mesmo espírito, e tendendo ao mesmo fim; deve ser um foco luminoso, cuja irradiação se propague por todo o Império; deve ser o Centro Pedagógico e o motor da inspeção que promoverá e realizará, como convém, a uniformidade, sem importar a compressão; é a um tempo garantia de ordem, condição da unidade moral da nacionalidade e expressão de grandeza. E não se pode contestar o direito de assentar a universidade em tais bases, ainda em suas relações impropriamente denominadas de “ensino livre”¹

¹Maria de Lourdes de A. Favero, A universidade do Brasil, das origens à construção, Editora UFRJ, 2000. Este livro foi muito precioso para este meu artigo .

Outras iniciativas ainda foram tomadas de criação das universidades, a última das quais foi apresentada pelo próprio Imperador que em 1889 propôs a criação de duas universidades, uma no Norte e a outra no Sul do País.

Ao final do Império, havia no Brasil seis estabelecimentos de ensino Superior e nenhuma Universidade – as palavras de Ruy Barbosa não tinham dado lugar a nenhuma realização de universidade.

Proclamada a República em 1889, o ensino superior é mantido na Constituição de 1891, atribuindo-se a criação de instituto de ensino superior ao Congresso.

Mas somente em 1915, a reforma Carlos Maximiliano previu a instituição de uma universidade quando estabeleceu que “O governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades livres de Direito.”

Desse dispositivo resultou a criação em 1920 da Universidade do Rio de Janeiro, graças ainda à ação da Academia Brasileira de Ciências criada em 1916; e da Associação Brasileira de Educação.

Na I Conferência Nacional de Educação em 1927, em Curitiba, Manuel Amoroso Costa, matemático e professor na Escola Politécnica, apresentou um importante trabalho sobre “As universidades e a pesquisa científica” no qual ele defende a introdução da pesquisa como núcleo da universidade. Assim escreveu:

“As Faculdades de Ciências das universidades devem ter como finalidade, além do ensino da ciência feita, a de formar pesquisadores em todos os ramos do conhecimento humano.”

Opunha-se assim Amoroso Costa àqueles que enfatizavam a formação profissional. E tanto ele como Otto de Alencar também professor da Escola Politécnica, e outros integrantes da Academia Brasileira de Ciências e da Associação Brasileira de Educação, lutavam contra os positivistas, contrários à universidade.

Foi preciso esperar-se pela Revolução de 1930, pois o decreto de 1920 que criou a Universidade do Rio de Janeiro “não fundou, na realidade, universidade alguma” estabelecendo apenas uma ligação jurídica entre Faculdades já existentes.

Com a instalação do Governo Provisório e a concentração do poder na esfera do Executivo, criou o Governo o Ministério da Educação e Saúde, que elaborou um projeto de Reforma do Ensino Superior, aprovado em 11 de abril de 1931.

Entretanto, aconteceu a Revolução Constitucionalista de 1932, liderada pelo Estado de São Paulo, que clamava o fim do governo Provisório e a aprovação de uma Constituição. Na realidade, a Revolução de 1930

acabou com a política do “*Café-com-Leite*”, um Presidente devendo ser Paulista ou Mineiro. Tendo perdido a Revolução de 1932, tomaram consciência líderes intelectuais e políticos de São Paulo da ausência no País de políticos com formação científica. Disso resultou a criação, em 1934, da Universidade de São Paulo pelo Governo Estadual à frente do qual estava o Sr. Armando de Salles Oliveira.

Esta Universidade trouxe um vendaval de renovação na cultura brasileira. Peça fundamental da mesma foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e sobretudo, a indicação do Professor Teodoro Ramos, matemático e professor da Escola Politécnica, para ir à Europa contratar professores para esta Faculdade. Trouxe, assim, Teodoro Ramos para São Paulo, excelentes professores tais como Luigi Fantappiè de Análise Matemática, Giacomo Albanese, de Geometria, Gleb Wataghin, de Física, H. Hauptmann e Rheinboldt, de Química, Claude Levy-Strauss, Roger Bastide, Fernando Braudel, pesquisadores da área das Ciências Humanas, entre outras. No mesmo ano foi fundada a Escola Livre de Sociologia e Política.

No ano seguinte, em 1935, Anísio Teixeira, secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal no Rio de Janeiro, completou as reformas que fizera no ensino primário, no ensino de segundo grau e no da formação de professoras, criando a Universidade do Distrito Federal, a famosa U.D.F. Segundo Decreto nº 5513 de 4 de abril de 1935, a U.D.F. se compunha de:

- a) O Instituto de Educação,
- b) A Escola de Ciências,
- c) A Escola de Economia e Direito,
- d) A Escola de Filosofia e Letras,
- e) O Instituto de Artes
- f) Instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino e difusão cultural.

Eis os Professores escolhidos por Anísio Teixeira para a U.D.F.:

Reitor: Afranio Peixoto

Diretores:

- Escola de Educação: Manuel Bergstrom, Lorenzo Filho.
- Escola de Ciências: Roberto Marinho de Azevedo e depois Luiz Freire.
- Escola de Economia e Direito: Hermes Lima.
- Escola de Filosofia e Letras: Edgar de Castro Rabelo.
- Instituto de Artes: Celso Octavio do Prado Kelly.

Professores tais como Lélío Itapuambira Gama, da Seção de Ciências Matemáticas, Francisco Mendes de Oliveira Castro, como seu Assistente, Bernardo Gross na Física, com Plínio Sussekind Rocha, seu Assistente, Gilberto Freyre, na Antropologia, Arthur Ramos, na Psicologia Social, na Sociologia Educacional, Celso Kelly e Carlos Delgado de Carvalho.

Na Mineralogia, Djalmar Guimarães e seu Assistente Victor Lentz, na Zoologia: Herman Lent e Lauro Travassos, na Lingüística, José Rodrigues Leite e Oiticica, na Filologia Portuguesa, Souza da Silveira, na Técnica e Crítica Literárias, Cecília Meirelles, na Língua e Literatura Inglesa, Melissa Stodard Hull, no Instituto de Artes, Lúcio Costa em Arquitetura e Carlos de Azevedo Leão, na Pintura Manual de Carvalete, Candido Portinari, na Música e Canto Orfeônico, Heitor Villa-Lobos e Oscar Lorenzo Fernandes e Assistente, Arnaldo Estrela, a História da Música com José Candido de Andrade Muricy; e muitos outros professores. Anísio convocou assim o que de melhor havia na inteligência brasileira para a U.D.F.

Havia entretanto, depois da Revolução de 1930, a formação de contrato de poder entre a Igreja Católica e o Ministro Francisco Campos e depois entre o Ministro Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima.

Francisco Campos escreveu em 18 de abril de 1931, uma carta ao Presidente Getúlio Vargas explicando um decreto a ser assinado pelo Presidente que favorecia a Igreja Católica, que seria mobilizada ao lado do Governo para apreciá-lo e pôr a serviço desta mobilização a opinião nacional.

Contrariando o princípio constitucional da laicidade do ensino nas escolas públicas, o decreto tornou facultativo o ensino religioso nas escolas oficiais. Nomeado para ser o Ministro da Educação, Gustavo Capanema trocou cartas com o líder católico Alceu Amoroso Lima, nas quais se manifestava a hostilidade deste escritor aos representantes dos liberais da educação naquela época, o mais eminente dos quais era Anísio Teixeira. Contra a nomeação de Fernando de Azevedo para Diretor Nacional da Educação, diz Amoroso Lima que esta nomeação será por parte do Governo um erro, pois que aí está se travando a batalha moderna das idéias e as idéias de Fernando de Azevedo seriam muito conhecidas. Nomeado este, cessaria Amoroso Lima toda colaboração com o Ministério da Educação; na carta de 16 de junho de 1935, cobrou Amoroso Lima de Gustavo Capanema o expurgo do Departamento Municipal de Educação de pessoas socialistas. A 1º de dezembro de 1935, Anísio Teixeira que era o Secretário da Educação

da Prefeitura do Distrito Federal, não suportou mais a pressão contra êle e apresentou pedido de demissão a Pedro Ernesto que era o Prefeito do Município.

Escreveu Anísio;

“Conservo em meio de toda a confusão momentânea, as minhas convicções democráticas, as que me dirigiram e aumentaram todo o meu esforço, em quatro anos de trabalho e de lutas incessantes, pelo progresso educativo do Distrito Federal e reivindico mais uma vez, para essa obra que é do Distrito Federal e não somente minha, o seu caráter absolutamente republicano e constitucional e a sua intransigente imparcialidade democrática e doutrinária .”

Pois, alguns meses antes, em novembro de 1935, tinha estourado um movimento revolucionário comunista em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro. E Pedro Ernesto foi acusado de cumplicidade com a Aliança Nacional Libertadora.

No campo do ensino superior, com a U.D.F.; ao lado da escola básica foi a ação de integrantes da A.B.E. que fez as grandes realizações. Contra estes elementos atuou o Centro Dom Vital, católico, dirigido por Jackson de Figueiredo seguido de Alceu Amoroso Lima.

A política municipal de educação foi conduzida pelos liberais desde 1922, sob a liderança de Carneiro Leão, no ensino primário e de Fernando de Azevedo neste setor e no da escola normal. Anísio Teixeira ao assumir a Direção da Instituição Pública reforçou as reformas realizadas pelos seus antecessores e instituiu um sistema da educação integral e renovado. Seu coroarmento foi a Universidade do Distrito Federal cujo objetivo era o encorajamento da pesquisa, a formação do magistério em todos os graus e a divulgação da cultura nacional.

Tal foi a Universidade de Anísio Teixeira. Com homens do calibre de Villa-Lobos, Gilberto Freyre, Lélío Gama, Bernardo Gross, teria sido um grande centro de pesquisas e renovação. Mas a ação de Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima, impediu sua realização. Estaria hoje o Brasil em uma situação privilegiada tivesse o programa educacional de Anísio Teixeira encontrado seu caminho. Mas a ação da Igreja Católica combinada com o autoritarismo que se instalou no Brasil nos anos 30 impediu a plena expansão desse projeto que tudo indicava conduziria o País a um novo plano de cultura e de ciência.